

ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA

1 Aos vinte e nove dias do mês de outubro de dois mil e vinte e quatro, realizou-se a 14ª
2 Reunião Ordinária, por meio do aplicativo “Microsoft Teams” e transmitida ao vivo para
3 a população em geral por serviço de streaming (Youtube) disponibilizado no site do
4 CIMPDE (Reuniões 2024), nos termos nos da Portaria nº 17 complementada pela
5 Portaria nº 19/2020/SMDU.G . **Pauta do Dia:** 1. Comunicações Gerais; 2. Andamento
6 das atividades de monitoramento do PDE. **01)** Com a Palavra a Secretária Executiva
7 Sra. Talita Veiga Fonseca Cavallari, declarou aberta a sessão, cumprimentando a todos e
8 todas e informando que a reunião estava sendo gravada e transmitida ao vivo pelo canal
9 do youtube; em seguida, apresentou a pauta do dia, consistente em comunicações
10 gerais e andamento das atividades de monitoramento do PDE; **02).** Na sequência,
11 trouxe para ciência o processo sei nº 6068.2024/0002833-2, encaminhado
12 previamente na íntegra aos membros, informando que, a partir de resolução do CIMPDE
13 aprovada neste colegiado, foram criados diversos GTIS, estando todas as portarias
14 Intersecretariais devidamente registradas no referido processo; consignou que a matéria
15 era apresentada apenas para conhecimento; **03).** Em sequência, com a palavra, Sra.
16 Heliana Lombardi Artigiani, Presidente cumprimentou os presentes e esclareceu que o
17 mencionado processo está sendo utilizado para a criação dos GTS e formalização das
18 respectivas portarias, destacando como aspecto relevante a movimentação ocorrida
19 durante a constituição dos grupos, uma vez que, para além das pessoas inicialmente
20 convidadas, outros interessados manifestaram interesse e solicitaram participação;
21 ressaltou que tal fato tem se mostrado experiência positiva, evidenciando o interesse
22 em conhecer o tema, participar e colaborar na revisão dos indicadores; destacou, ainda,
23 que muitos participantes têm identificado que os indicadores discutidos também podem
24 subsidiar as atividades desenvolvidas em suas respectivas áreas, contribuindo para
25 melhor compreensão dos dados e de seus resultados para a cidade; informou, ademais,
26 que eventuais alterações de representantes deverão ser formalizadas no referido
27 processo sei; **04).** Na sequência, apresentou panorama das atividades realizadas até o
28 momento, esclarecendo que ainda não se trata da finalização dos GTS; registrou que,
29 quando da conclusão dos trabalhos e consolidação do produto final, será realizada nova

30 apresentação ao colegiado; informou que, conforme previsto, estão programadas três
31 reuniões anuais, tendo sido realizadas duas no presente exercício, sobretudo em razão
32 do número significativo de reuniões promovidas no âmbito dos GTS; ponderou que a
33 realização de nova reunião apenas para tratar de atividades já em curso poderia onerar
34 desnecessariamente os participantes; assim, esclareceu que a presente reunião tem por
35 objetivo apresentar panorama do andamento dos trabalhos, com expectativa de que, na
36 próxima reunião, o resultado dos GTS esteja consolidado e estruturado de forma
37 acessível para publicação; nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião. 5). em
38 sequência, com a palavra, Sr. Clayton Erik Teixeira, SMUL/PLANURB 2, Titular,
39 cumprimentou os presentes e informou que a apresentação estava estruturada em cinco
40 frentes de trabalho desenvolvidas pela divisão de monitoramento e avaliação, todas
41 relacionadas ao monitoramento do PDE, com o objetivo de atualizar o colegiado acerca
42 das atividades em andamento; em seguida, passou a detalhar a primeira frente,
43 referente aos dados de licenciamento da SMUL, recordando que, na primeira reunião, os
44 cinco pontos apresentados correspondiam aos próximos passos e que, no momento,
45 tratava-se de relatar o estágio atual de execução; relatou que já havia sido mencionada
46 a necessidade de incorporar os dados do sistema aprova digital, implantado em 2020,
47 em substituição ao SISACOE, cujos relatórios eram anteriormente publicados no site da
48 SMUL; destacou que, ao final do ano passado, foi disponibilizada base contendo dados
49 de alvará por alvará, não organizados por empreendimento; na sequência, informou que
50 a equipe está trabalhando na consolidação das informações por empreendimento,
51 esclarecendo tratar-se de atividade complexa, que envolve tecnologia até então não
52 dominada pela equipe, a qual vem se aprimorando, estudando e aprendendo, processo
53 que tem gerado reflexos positivos em outras atividades correlatas; especificou que,
54 nesta etapa, os dados do aprova digital estão sendo tratados a partir de base de
55 documentos emitidos, abrangendo alvarás de aprovação, aprovação e execução,
56 execução e conclusão, bem como projetos modificativos constantes em apostilamentos;
57 esclareceu que o processamento está sendo realizado em ambiente SQL mediante
58 associação dos documentos emitidos a um mesmo empreendimento, com a finalidade
59 de selecionar o último documento de aprovação – considerando a possibilidade de
60 múltiplos alvarás ou modificativos – e, a partir dele, incorporar as informações relativas
61 à execução e à conclusão, estruturando, assim, base única por empreendimento
62 aprovado; por fim, informou que a referida base deverá ser disponibilizada até o final do

63 corrente ano, com dados já organizados por unidades residenciais e com estrutura mais
64 robusta do que a publicada no ano anterior, o que permitirá a retomada e atualização de
65 indicadores que estavam temporariamente suspensos em razão da transição do
66 SISACOE para o aprova digital. 6). em seguida, prosseguindo com a apresentação, Sr.
67 Clayton Erik Teixeira, SMUL/PLANURB 2, Titular, informou que outra das cinco frentes
68 de trabalho refere-se à revisão dos indicadores, destacando tratar-se da atividade
69 atualmente em maior evidência, com expressivo envolvimento dos membros do
70 colegiado; registrou que os trabalhos foram iniciados a partir de quatro temas principais,
71 quais sejam, instrumentos indutores da função social da propriedade, direito de
72 construir, gestão ambiental e regularização fundiária; esclareceu, contudo, que a
73 abordagem está sendo realizada de forma gradual, iniciando-se por um instrumento em
74 cada eixo temático, com exceção da gestão ambiental, na qual já se iniciaram as análises
75 relativas ao PSA e ao EIA/RIMA; destacou que o trabalho envolve, até o momento, 118
76 pessoas, incluindo dois representantes do CMPU que integram o CIMPDE, além de 36
77 unidades da prefeitura, configurando iniciativa de grande porte; ressaltou que o
78 momento tem sido oportuno para aproveitar os avanços recentes na gestão de dados,
79 que vêm se consolidando nos últimos anos; na sequência, informou que, desde
80 aproximadamente 08 de agosto, data da primeira reunião dos grupos, até o presente
81 momento, já foram realizadas mais de 30 reuniões, presenciais e virtuais, média superior
82 a dez reuniões mensais, evidenciando a intensidade dos trabalhos; consignou que as
83 reuniões constituem espaço de ampla discussão acerca da aplicação dos instrumentos,
84 inclusive para elaboração das respectivas fichas técnicas; registrou que, até o momento,
85 foram analisados os seguintes instrumentos: IPTU progressivo no tempo, EIA/RIMA,
86 PSA, outorga onerosa, cota de solidariedade; quanto à regularização fundiária, informou
87 que os trabalhos tiveram início por abordagem mais geral do tema, considerando que os
88 instrumentos previstos no PDE tornaram-se obsoletos em razão da superveniência da
89 legislação federal de REURB e, posteriormente, da legislação municipal correlata. 7). Em
90 seguida, com a palavra, Sr. Clayton Erik Teixeira, SMUL/PLANURB 2, Titular, informou
91 que destacaria um dos instrumentos em estágio mais avançado, a fim de exemplificar a
92 produtividade do trabalho desenvolvido ao longo das mais de trinta reuniões realizadas;
93 esclareceu que o exemplo selecionado foi o do IPTU progressivo no tempo, por se tratar
94 de instrumento relativamente mais simples em comparação aos demais; registrou que
95 integram o respectivo grupo de trabalho técnicos da PLANURB/SMUL, da CEPEUC –

96 responsável pela aplicação do PEUC, parcelamento, edificação e utilização compulsórios
97 – cuja inclusão formal no âmbito do PDE encontra-se em andamento por meio de
98 decreto, além de representantes da Secretaria Municipal da Fazenda e da Secretaria de
99 Governo, ambas também integrantes do comitê e participantes das reuniões; informou
100 que foram realizadas cinco reuniões, entre presenciais e virtuais, salientando que o
101 estágio apresentado é semelhante ao dos demais instrumentos, tratando-se apenas de
102 exemplo ilustrativo; ressaltou que o trabalho ainda se encontra em fase de avaliação,
103 não havendo validação formal até o momento; consignou que já foram elaborados a
104 análise do instrumento, o fluxograma de aplicação do IPTU progressivo no tempo, a
105 ficha técnica a ser disponibilizada na plataforma e proposta preliminar de indicadores; a
106 partir dessa proposta, foram recebidos arquivos da Secretaria da Fazenda e da CEPEUC,
107 os quais estão sendo objeto de análise detalhada, com elaboração de relatórios que
108 registram todos os procedimentos, cruzamentos e resultados parciais; informou que já
109 foram produzidos gráficos preliminares a serem inseridos na plataforma para posterior
110 validação no grupo técnico e, posteriormente, no âmbito do CIMPDE; destacou que,
111 atualmente, o instrumento conta com quatro indicadores já disponibilizados na
112 plataforma, dentre os quais a evolução da área, em metros quadrados, de imóveis
113 submetidos ao IPTU progressivo, a quantidade de imóveis que cumpriram integralmente
114 a função social, e a relação entre recursos arrecadados e recursos lançados; contudo,
115 observou que inexistiam dados relevantes, especialmente aqueles relativos à
116 inadimplência e à imunidade tributária, recentemente encaminhados pela Secretaria da
117 Fazenda; esclareceu que, quanto à inadimplência, optou-se por trabalhar
118 prioritariamente com os casos inscritos em dívida ativa, por se tratar de situação mais
119 consolidada do que simples atraso pontual de parcelas; registrou que os dados
120 analisados indicam que, desde os primeiros imóveis submetidos ao IPTU progressivo no
121 tempo, mais da metade encontra-se em situação de inadimplência inscrita em dívida
122 ativa, o que foi considerado dado relevante para reflexão acerca de estratégias de
123 enfrentamento e aprimoramento da aplicação do instrumento. 8). Em sequência,
124 prosseguindo na explanação sobre o IPTU progressivo no tempo, Sr. Clayton Erik
125 Teixeira, SMUL/PLANURB 2, Titular, destacou a questão dos imóveis com imunidade
126 tributária, prevista na Constituição Federal, mencionando os Artigos. 150 e 151, no
127 capítulo referente aos tributos, que tratam das hipóteses destinadas à preservação de
128 valores religiosos, sociais e políticos, como templos religiosos, igrejas e sedes de

129 partidos políticos; observou que não se tinha clareza de que tais imóveis permaneciam
130 imunes mesmo quando não cumpriam a função social da propriedade, informação que
131 considerou relevante e surpreendente; informou que, no ano de 2024, mais de 10% dos
132 imóveis submetidos ao IPTU progressivo no tempo encontram-se em situação de
133 imunidade tributária, dado considerado expressivo e até então inexistente na base de
134 monitoramento; ressaltou que tais informações constituem exemplos concretos de
135 como o aprimoramento do monitoramento pode gerar subsídios mais consistentes para
136 eventual revisão do PDE em 2029, especialmente quanto à definição de estratégias para
137 tratamento de imóveis com imunidade tributária; na sequência, comentou o gráfico
138 referente ao cumprimento integral da função social por alíquota, esclarecendo que,
139 embora já exista indicador sobre imóveis que cumpriram integralmente a função social,
140 a inovação consiste na análise por faixas de alíquota; destacou que o gráfico evidencia
141 que, à medida que a alíquota se eleva e o IPTU se torna mais oneroso, aumenta a
142 incidência de cumprimento da função social, demonstrando que o instrumento alcança
143 seu objetivo de induzir o proprietário à regularização do imóvel; por fim, registrou que
144 os dados e análises ainda se encontram em avaliação no âmbito do grupo técnico, sem
145 validação definitiva, mas entendeu pertinente apresentá-los como exemplo da
146 produtividade do trabalho desenvolvido, que envolve múltiplas reuniões, intensa análise
147 de dados e elaboração técnica, cujos resultados certamente trarão benefícios futuros ao
148 processo de monitoramento e revisão do plano. 9). Em seguida, prosseguindo na
149 exposição, Sr. Clayton Erik Teixeira, SMUL/PLANURB 2, Titular, informou que outro
150 tema trabalhado refere-se às unidades territoriais de análise, destacando a necessidade
151 de ajustes nas bases cartográficas utilizadas; esclareceu que, inicialmente, foi
152 identificado desalinhamento entre os arquivos geoespaciais de distritos e de
153 subprefeituras, o que ocasionava divergências na apuração de determinados
154 fenômenos, pois os resultados por distrito não necessariamente coincidiam com aqueles
155 obtidos por subprefeitura; relatou que, para sanar a inconsistência, optou-se por utilizar
156 o arquivo de distritos, por possuir respaldo em legislação mais pormenorizada; registrou
157 que, no decorrer do trabalho, houve interlocução com a equipe do GEOINFO, que
158 informou a realização de novo ajuste nos limites territoriais; esclareceu, inclusive para
159 fins de registro da transmissão no youtube, que a equipe tinha ciência do ajuste
160 promovido nos limites do shapefile Municipal, comunicação esta realizada por e-mail a
161 todos os órgãos da Prefeitura pelo GEOINFO; informou que houve pequena alteração

162 nos limites do Município, em razão de atualização cartográfica em escala mais precisa,
163 retornando-se ao limite anteriormente definido pelo IGC do Estado, responsável pela
164 delimitação oficial; destacou que os limites distritais permaneceram inalterados, tendo
165 sido modificada apenas a delimitação geral do Município; que, além desse ajuste, estão
166 em andamento revisões relativas às macrozonas e macroáreas, bem como aos
167 perímetros de polo estratégico de desenvolvimento econômico; informou que o
168 trabalho referente às macroáreas encontra-se praticamente concluído, assim como o
169 dos polos estratégicos, porém algumas adequações tornaram-se necessárias em razão
170 das revisões promovidas nos demais perímetros, sendo imprescindível manter todas as
171 bases devidamente atualizadas. 10). Em seguida, com a palavra, Sra. Thaline Nunes
172 Rocha, CMPU2, Suplente, questionou se as unidades territoriais de análise referiam-se
173 aos arquivos shapefile que estavam sendo aprimorados; em réplica, Sr. Clayton Erik
174 Teixeira, SMUL/PLANURB 2, Titular, esclareceu que se tratam, de fato, dos arquivos
175 territoriais utilizados no âmbito do PDE, alguns disponíveis no GEOSAMPA, porém
176 destacou que o trabalho em desenvolvimento é exclusivo para fins de monitoramento,
177 não se configurando como base oficial, mas sim como ajuste técnico para correção de
178 inconsistências topológicas, como casos em que determinado ponto poderia ser alocado
179 em macroárea distinta da devida ou até mesmo sobreposto a dois perímetros em razão
180 de imprecisões cartográficas; na sequência, passou a relatar outra frente de trabalho,
181 referente aos dados do IPTU e às emissões gerais; retomando a menção anterior sobre
182 o aprimoramento tecnológico e o avanço em ciência de dados pela equipe, informou
183 que tal capacitação tem permitido melhorias no tratamento de bases extensas, como o
184 cadastro imobiliário fiscal, divulgado anualmente por meio da emissão geral do IPTU,
185 que reúne informações cadastrais relativas à área construída das unidades imobiliárias,
186 área de terreno, quantidade de pavimentos e uso por contribuinte; esclareceu que
187 anteriormente os dados eram trabalhados de forma agregada por quadra fiscal, e que
188 atualmente está sendo realizado tratamento mais detalhado, com classificação dos
189 imóveis por categorias de uso – residencial, não residencial, misto com predominância
190 residencial e misto com predominância não residencial – a fim de possibilitar análises
191 como a identificação de processos de verticalização do parque imobiliário; registrou que
192 tal trabalho encontra-se em estágio avançado; em sequência, abordou a frente relativa
193 às ações prioritárias do PDE, informando que está sendo estruturada metodologia
194 específica para seu monitoramento; relatou que foi realizado mapeamento das ações

expressamente qualificadas como prioritárias no texto do plano, distinguindo-as de outras categorias, como ações estratégicas, totalizando 143 ações, passíveis de desdobramento em quadros e mapas, envolvendo interlocução com 18 órgãos da Prefeitura; consignou que já foram identificados 229 indicadores associados a essas ações; esclareceu que aproximadamente metade das ações prioritárias refere-se a implantação física, como construção de equipamentos, parques ou intervenções de engenharia civil, enquanto as demais abrangem regulamentações, elaboração e aplicação de planos e programas; destacou que a equipe vem realizando levantamento de dados com base na transparência ativa, considerando os avanços institucionais recentes e a edição, em 2024, de decreto mais abrangente que determina a elaboração de planos setoriais de transparência ativa por cada secretaria, com implementação prevista a partir de 2025; informou que tal diretriz vem sendo utilizada como subsídio para revisão de indicadores relativos às ações prioritárias; registrou que um dos desafios identificados consiste na consolidação histórica das informações, tendo em vista alterações ocorridas entre os mapas de 2014, 2023 e 2024, bem como mudanças em listas de intervenções, como no caso de parques previstos inicialmente e posteriormente aglutinados ou modificados, exigindo cuidadosa sistematização para viabilizar monitoramento adequado; mencionou, ainda, exemplos como ações de drenagem e gestão de risco, cujos planos vêm sendo atualizados; por fim, informou que o PDE estabeleceu a obrigação de disponibilizar na plataforma o estágio de implementação dos parques constantes do quadro 7 e das unidades de conservação do quadro 15; relatou que, para tanto, vêm sendo realizadas reuniões com a Secretaria do Verde e Meio Ambiente, inclusive com a participação da Sra. Hélia Maria Santa Bárbara Pereira, representante da pasta, estando em fase de alinhamento os arquivos shapefile dos parques e demais ajustes necessários, com previsão de disponibilização dessas informações na plataforma em breve. 11). Em seguida, com a palavra, Sra. Talita Veiga Fonseca Cavallari agradeceu a apresentação realizada pelo Sr. Clayton Erik Teixeira, SMUL/PLANURB 2, Titular, e declarou aberta a palavra aos membros para eventuais dúvidas ou esclarecimentos; não havendo manifestações, deu prosseguimento à pauta; na sequência, informou que, conforme prática adotada nas últimas reuniões dos colegiados, seria apresentado o calendário das reuniões do CIMPDE para o próximo exercício; esclareceu que as reuniões ordinárias ocorrem a cada quatro meses; assim, considerando a realização da presente reunião, informou que a próxima está prevista

228 para o dia 28 de fevereiro, seguida pela reunião de 24 de junho, ambas às terças-feiras,
229 no período da tarde, usualmente às 14h30min; nada mais havendo a tratar, foi
230 encerrada a reunião. 12). Em seguida, com a palavra, Sra. Heliana Lombardi Artigiani
231 manifestou a expectativa de que, na reunião prevista para o dia 28, já seja possível
232 apresentar resultados parciais dos GTS; consignou, contudo, que nada impede a
233 convocação de reunião extraordinária para apresentação de resultados, especialmente
234 daqueles grupos que ainda não foram integralmente constituídos; destacou a
235 importância de manter o colegiado informado, considerando que, embora haja ampla
236 participação, nem todos os membros acompanham todos os grupos de trabalho,
237 tampouco a equipe técnica consegue participar integralmente de todos, razão pela qual
238 o próximo ano deverá concentrar maior número de reuniões voltadas à apresentação de
239 resultados e menor número de reuniões operacionais de GTS; em sequência, com a
240 palavra, Sra. Thaline Nunes Rocha, CMPU2, Suplente, questionou se há intenção de
241 promover discussão pública acerca da revisão dos indicadores, indagando se, após a
242 consolidação metodológica, estaria prevista a realização de audiência pública ou outro
243 mecanismo que ampliasse a participação para além dos representantes atualmente
244 envolvidos; em réplica, Sra. Heliana Lombardi Artigiani esclareceu que, no momento,
245 não há previsão formal para realização de audiência pública, ressaltando que os
246 resultados deverão, de todo modo, ser submetidos ao CMPU, instância participativa
247 relevante; ponderou que não se trata de processo de alteração legislativa, inexistindo,
248 portanto, exigência legal específica para consulta pública; retomando a palavra, Sra.
249 Thaline Nunes Rocha argumentou que, embora não haja obrigatoriedade legal,
250 considera pertinente a abertura de espaço de escuta, tendo em vista a existência de
251 pesquisadores e especialistas dedicados ao monitoramento e avaliação de políticas
252 públicas e dos próprios instrumentos urbanísticos; destacou que poderia ser oportuno,
253 após a finalização dos primeiros quatro indicadores, promover momento de divulgação e
254 troca, possibilitando contribuições externas quanto à metodologia, aos indicadores
255 propostos e à percepção da sociedade sobre a política pública; registrou que, nas
256 reuniões acompanhadas, percebeu elevado empenho e competência da equipe técnica,
257 entendendo que a abertura de espaço participativo poderia qualificar ainda mais o
258 trabalho e fortalecer o acompanhamento social das ações desenvolvidas; nada mais
259 havendo a tratar sobre o tema, prosseguiu-se com a reunião. 13). Em seguida, com a
260 palavra, Sra. Heliana Lombardi Artigiani considerou pertinente a sugestão apresentada,

261 registrando que a realização de audiência pública demandaria análise mais aprofundada,
262 mas que poderia ser avaliada alternativa como consulta pública, momento participativo
263 ou evento de divulgação dos resultados; consignou que a proposta será objeto de
264 estudo interno e posterior encaminhamento ao gabinete para avaliação jurídica; na
265 sequência, com a palavra, Sr. Rafael Mielnik, SMT, Suplente, manifestou concordância
266 com a proposta, mencionando que havia anotado ponto semelhante, sugerindo a
267 realização de seminário com grupos de pesquisa universitários, especialmente aqueles
268 que participaram do processo de revisão do PDE, para apresentação e debate dos
269 resultados; formulou, ainda, questionamento objetivo acerca das ações prioritárias,
270 indagando se já estão sendo incorporadas as alterações decorrentes da revisão do PDE
271 de 2023 e 2024, inclusive novas inclusões, como parques, e se, após a consolidação do
272 monitoramento dos instrumentos e das ações prioritárias, haverá avanço também no
273 monitoramento dos objetivos do plano, destacando que, no âmbito da SMT, muitos
274 indicadores relacionados aos objetivos são indiretos, havendo potencial de contribuição;
275 em réplica, com a palavra, Sr. Clayton Erik Teixeira, SMUL/PLANURB 2, Titular,
276 manifestou concordância quanto à possibilidade de realização de seminário ou evento
277 com pesquisadores, registrando que a proposta será analisada; esclareceu que, no
278 tocante às ações prioritárias, já está sendo realizado o cruzamento com as alterações
279 promovidas na revisão de 2023 e 2024, incluindo novas inclusões, como parques e
280 demais ajustes; por fim, informou que o objetivo estratégico da equipe é chegar a 2029
281 com o monitoramento completo do PDE, contemplando instrumentos, ações prioritárias
282 e objetivos, reconhecendo que o avanço tem ocorrido de forma gradual em razão da
283 limitação de equipe, mas reafirmando que os instrumentos previstos no plano serão
284 progressivamente incorporados ao sistema de monitoramento. **14).** Em seguida, com a
285 palavra, Sra. Heliana Lombardi Artigiani indagou se havia mais algum comentário; não
286 havendo manifestações, agradeceu a presença de todos, registrando que, a partir das
287 próximas reuniões, há a intenção de que os encontros ocorram presencialmente;
288 agradeceu, ainda, o empenho dos membros nos grupos de trabalho, destacando que as
289 atividades dos GTS terão continuidade; manifestou expectativa de reencontro no
290 próximo ano, seja presencialmente, seja por meio virtual, reforçando a importância da
291 participação de todos; nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião.

I - REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO:

APOIO

TALITA VEIGA CAVALLARI FONSECA

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO

FERNANDO KEN OTSUKA

TITULAR

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO

PLANURB 1

HELIANA LOMBARDI ARTIGIANI

TITULAR

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO

PLANURB 2

CLAYTON ERIK TEIXEIRA

TITULAR

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO

DEUSO

LISANDRO FRIGERIO

TITULAR

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO

GEOINFO

LARA CAVALCANTI RIBEIRO DE FIGUEIREDO

SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE

HÉLIA MARIA SANTA BARBARA PEREIRA

TITULAR

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

SANDRO LUIS PALANCA

TITULAR

SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE E TRÂNSITO

RAFAEL MIELNIK
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFORMAÇÃO E TECNOLOGIA

BRUNO HENRIQUE PELEGRINI DE OLIVEIRA
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

LIA MAYUMIA
TITULAR

CMPU2

THALINE NUNES ROCHA
SUPLENTE